CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº: 549/95 Vols. I e II - Ap. Proc. DE
Araraquara nº 674/1.701/95 reautuado em 06-03-96
INTERESSADA: Fundação de Arte e Cultura do Município de
Araraquara
ASSUNTO: Autorização para instalação e funcionamento do
Núcleo de Ensino Artístico "Maestro José Tescari" de
Araraquara, que manterá o Curso Supletivo de Qualificação
Profissional IV com Habilitação Profissional Plena de
Bailarino para Corpo de Baile, de Ator e em Música com
Habilitação Afim em Instrumento
RELATOR: Cons. Pedro Salomão José Kassab
PARECER CEE Nº 215/96 - CESG - APROVADO EM 22-05-96

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

1.1.1 Sintetiza-se o processo conforme segue:

1.1.1.1 Aos 31-05-95, o Sr. Dr. Ivo Dall'Acqua Júnior, Presidente da FUNDART - Fundação de Arte e Cultura do Município de Araraquara, dirigiu Ofício ao Sr. Presidente deste Conselho, solicitando autorização para instalação e funcionamento do Núcleo de Ensino Artístico "Maestro José Tescari", de Araraquara, que devera manter o Curso Supletivo de Qualificação Profissional IV, nas seguintes Habilitações Profissionais Plenas:

- Bailarino para Corpo de Baile, nos termos do Parecer CFE nº 1.162/76;

- Ator, nos termos do Parecer CFE nº 236/82;

PROCESSO CEE Nº 549/95

PARECER CEE Nº 215/96

- Música, com Habilitação afim em Instrumento, nos termos do Parecer CFE nº 1.299/73.

1.1.1.2 Encontram-se nos autos:

- programa de Educação Infantil do Município de Araraquara;
- comprovação de aplicação anual mínima nos termos do artigo 212 da Constituição Federal;
- orçamento do exercício de 1995 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- caracterização do Município, perfil sócio-cultural, atendimento educacional ao ensino pré-escolar e de 1º grau;
- Regimento Escolar e Plano de Curso do Núcleo de Ensino Artístico "Maestro José Tescari";
- relatório elaborado nos termos das alíneas "a" e "e" do inciso III, do artigo 5º da Deliberação CEE nº 26/86;
- planta do antigo prédio do Instituto de Educação "Bento de Abreu";

1.1.1.3 A mantenedora, Fundação de Arte e Cultura do Município de Araraquara - FUNDART, tem por finalidade a promoção e o desenvolvimento no Município de atividades artístico-culturais e correlatas.

PROCESSO CEE Nº 549/95

PARECER CEE Nº 215/96

Dos 172.520 habitantes do Município, 163.389 vivem na zona urbana.

A cidade, "um polo cultural" do interior paulista, conta com a infra-estrutura correspondente ao seu desenvolvimento, e os dirigentes municipais pretendem acesso de parcelas crescentes da população a cultura e às artes.

Os jovens e crianças que frequentam as escolas públicas tem necessidade de mais opções de qualificação profissional, pois as oportunidades atuais referidas se limitam a Habilitação em Enfermagem.

O Município atende 7.813 crianças de 0 a 06 anos (cerca de 50% das crianças nessa faixa etária), nos Centros de Educação e Recreação - CERs e 130 crianças de 07 a 12 anos no Centro de Educação Complementar-CEC, oriundas das escolas públicas estaduais.

A rede pública de primeiro e de segundo grau está sob responsabilidade do Estado, com 36.415 alunos, em 1995, conforme dados da DE.

Assinale-se que, de acordo com o disposto no artigo 2º, alínea "c", da Deliberação CEE nº 05/92, cabe a Prefeitura a comprovação de atendimento prioritário, pleno e satisfatório, do ponto de vista qualitativo e quantitativo, do ensino fundamental e pré-escolar, nos termos do artigo 240 da Constituição do Estado de São Paulo.

1.1.1.4 Os cursos ora propostos prevêm a carga horária, conforme segue:

PROCESSO CEE Nº 549/95

PARECER CEE Nº 215/96

- para a QP IV - Habilitação Profissional Plena da área de Dança - Habilitação Profissional Plena de Bailarino para Corpo de Baile= 1.368 horas, mais 130 de Estágio Supervisionado, totalizando 1.498 horas;

- para a QP IV - Habilitação Profissional Plena em Música - Habilitação Afim em Instrumento: 1.152 horas;

- para a QP IV - Habilitação Profissional Plena da área de Teatro - Habilitação Profissional Plena de Ator = 1.260 horas, mais 130 de Estágio Supervisionado, no total de 1.390 horas;

1.1.1.5 Foram os autos baixados em diligência, com a expedição do ofício de fls. 222, em atenção ao qual a interessada devolveu o Regimento Escolar e o Plano de Curso devidamente datados e assinados.

Às fls. 234 e seguintes, foram anexados os comprovantes de qualificação profissional da Diretora e da Secretária.

Propõe a instituição que o Assistente de Direção seja designado somente quando o crescimento do NEA justificar a sua presença. Nos casos de impedimentos legais, o Diretor do NEA será substituído por Professor habilitado.

Conforme a documentação juntada, a Diretora não possui Habilitação em Orientação Educacional.

1.1.1.6 Em seu cuidadoso trabalho, a digna Assistência Técnica registra que o Regimento Escolar e

PROCESSO CEE Nº 549/95

PARECER CEE Nº 215/96

o Plano de Curso, no que se refere à avaliação do aluno, estão em desacordo com a Deliberação CEE nº 23/83, que estabelece no Capítulo II, Artigo 7º:

"§ 3º - Ter-se-á como aprovado, quanto ao rendimento escolar, o aluno que obtiver frequência igual ou superior a 75% e o aproveitamento mínimo para aprovação fixado no Regimento Escolar, na escala de notas ou menções adotadas pelo estabelecimento.

§ 4º - Poderá haver compensação de ausências, nos termos do Regimento da escola, para o aluno aprovado quanto ao aproveitamento, mas com frequência inferior a 75% e igual o superior a 65%".

1.1.1..7 A Delegada de Ensino designou, através de Portaria de 08-05-95, Comissão de Supervisores que, após vistoriar as instalações e equipamentos e analisar a documentação, o Regimento Escolar e o Plano de Curso, opinou favoravelmente à autorização solicitada.

A CEI remeteu os autos a este Colegiado, para apreciação.

1.1.2 Distribuído o processo ao nobre Conselheiro André Alvino Guimarães Caetano, houve diligência por ele pedida, de que resultou a juntada das folhas precedentes, que se seguiram ao seu despacho.

1.2 APRECIÇÃO

1.2.1 Com base na informação técnica, no referido despacho e no que se seguiu, entendemos que a documentação mostra haver o cumprimento das disposições

PROCESSO CEE Nº 549/95

PARECER CEE Nº 215/96

1.2.2 Sublinhe-se, apenas, o que se assinalou acima, a respeito do artigo 242 da Constituição do Estado de São Paulo e da Deliberação CEE nº 05/92, em seu artigo 2º, alínea c.

2. CONCLUSÃO

Considerado o exposto e nos termos deste Parecer:

2.1 autorizam-se a instalação e o funcionamento do Núcleo de Ensino Artístico "Maestro José Tescari", da FUNDART- Fundação de Arte e Cultura de Araraquara, que manterá Curso Supletivo de Qualificação Profissional IV, para Habilitações Profissionais Plenas de:

- Bailarino para Corpo de Baile, nos termos do Parecer CFE nº 1.162/76,

- Ator, nos termos do Parecer CFE nº 236/82 e

- Música com Habilitação Afim em Instrumentos, nos termos do Parecer CFE nº 1.299/73.

2.2 Aprovam-se o Regimento Escolar e o respectivo Plano do Curso Supletivo da instituição interessada para as Qualificações Profissionais mencionadas no item 2.1 e devolvam-se à referida instituição cópias rubricadas do mesmo.

PROCESSO CEE Nº 549/95

PARECER CEE Nº 215/96

2.3 Comunique-se

- ao Gabinete da Sr^a Secretária Estadual da Educação;
- à DE de Araraquara e
- à FUNDART - Fundação de Arte e Cultura do Município de Araraquara.

São Paulo, 06 de maio de 1996

a) *Cons. Pedro Salomão José Kassab*
Relator

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota, como seu Parecer o Voto do Relator.

Presente os nobres Conselheiros: Arthur Fonseca Filho, Pedro Salomão José Kassab, Sonia Aparecida Romeu Alcici e Sylvia Figueiredo Gouvêa.

Sala da Câmara do Ensino do Segundo Grau, em 08 de maio de 1996.

a) *Cons. Arthur Fonseca Filho*
Presidente de CESG

PROCESSO CEE Nº 549/95

PARECER CEE Nº 215/96

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Os Conselheiros Marisa Philbert Lajolo, André Alvino Guimarães Caetano e Bernardete Angelina Gatti declararam-se impedidos de votar, nos termos do artigo 36 da Deliberação CEE nº 17/73.

Sala "Carlos Pasquale", em 22 de maio de 1996.

a) FRANCISCO APARECIDO CORDÃO
Presidente